Ata de Reunião Ordinária do CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS/Campinas, em 27.06.2017. Aos vinte e sete dias do mês de junho de 2017, convocada para as oito horas, ocorreu a reunião ordinária do CMAS, em sua sede, na Rua Ferreira Penteado, 1331 – Centro – Campinas/SP. **Presentes: A) Conselheiros representantes da Sociedade Civil –** pelas Entidades de Assistência Social – Titulares: Amanda Cristina Fabri Donadon Pedrini, Celina da Costa Dias Silva (Presidente do CMAS) e Juliana Aparecida Vieira da Silva - Suplentes: Josefa Hermínia Rodrigues Guirau e Paulino Massamori Sashimoto; pelos Profissionais ou Órgãos de Classe ligados à área da Assistência Social – Titular: Leonardo Duart Bastos e, pelos usuários ou representantes de usuários da assistência social – Titulares: Valquírio Augusto Cavedini e Joana Júlia de Rezende Tripoloni. **B) Conselheiros representantes do Poder Público** – pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Segurança Alimentar – Titular: Raquel Aline Mazzi Batista (Vice-Presidente CMAS) e Suplente: Matheus Ifanger Albrecht; pela Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos - Titular: Maria Izilda Campos Stoqui e Suplente: Pâmela Cristina Pereira; pela Secretaria Municipal de Educação - Titular: Maria da Graça Ávila Siqueira de Carvalho; pela Secretaria Municipal de Finanças - Titular: José Fernandes Ongaratto; pela secretaria Municipal de Habitação – Suplente: Sueli Patane Maraxlet; pela Secretaria Municipal de Infraestrutura - Titular: Sérgio Reis de Oliveira Cerqueira e Suplente: Adilson Gomes Pereira; pela Secretaria Municipal de Saúde -Suplente: Vanilda Nunes Avelar Cunha; pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer – Titular: Andrea Janotte Farina. **C) Justificativas de ausência:** Simone de Oliveira Prates, Célia Elizia Marinho dos Santos, Elaine Cristina Garcia Ramos de Sousa, Renata Alexsandra da Silva, Niraldo José da Silva, Guztavo Henrique Zuccato, Eliete Federico Adão,Márcia Adriana Cardoso Moreno e Vicente Porto Vilela. Feito o levantamento de presenças, assumiram a titularidade "ad hoc" a conselheira suplente Fernanda, as conselheiras suplentes Sueli e Vanilda (pelo Poder Público). **Deliberação das Atas** – A presidente Celina relatou que deve ser corrigida nas atas o início das reuniões, que ocorreram em primeira chamada e, em regime de votação a ata referente à Reunião Ordinária realizada no dia trinta de maio de 2017 que, lida anteriormente pelos conselheiros, foi **APROVADA** com doze votos a favor, nenhuma abstenção, nenhum voto contrário ou voto nulo. Em regime de votação a ata referente à Reunião Extraordinária realizada no dia quatorze de junho de 2017 que, lida anteriormente pelos conselheiros, foi **APROVADA** com dez votos a favor, duas abstenções, nenhum voto contrário ou voto nulo. A presidente Celina sugeriu inversão de pauta, que foi acatada. **Comissão de Finanças e Orçamento** - O conselheiro Matheus relatou que a reunião ocorrida no dia treze de junho, contou com a participação da Sra. Adriana e do Sr. Rômulo, da Coordenadoria de Gestão de Convênios e Prestação de Contas da Secretaria Municipal de Assistência Social e Segurança Alimentar - SMASA e foi apresentada a prestação de contas do fundo estadual, referente a execução financeira de 2016, do sistema Estadual. Matheus informou que foram repassados para sete entidades da Proteção Social Básica, que atendem o SCFV de 06 a 14 anos e Centro de Convivência Inclusivo e Intergeracional, o total de R$ 772.800,00 (setecentos e setenta e dois mil e oitocentos reais); R$1.364.200,00 (Hum milhão, trezentos e sessenta e quatro mil e duzentos reais) foram repassados à três entidades da Proteção Social Especial de Média Complexidade; R$ 984.729,60 (novecentos e oitenta e quatro mil, setecentos e vinte e nove reais e sessenta centavos), da Proteção Social Especial de Alta Complexidade foram repassados para seis entidades e, R$60.000,00 (sessenta mil reais), para Residência Inclusiva, totalizando o valor de R$ 3.181.729,60 (três milhões, cento e oitenta e um mil, setecentos e vinte e nove reais e sessenta centavos), para o período de treze meses. A Sra. Michele, coordenadora da Prestação de Contas da SMASA se colocou à disposição para esclarecimento. Matheus relatou que foi realizado uma reprogramação de valores do ano de 2016 para finalização dos convênios, no valor de R$ 260.144,08 (duzentos e sessenta mil, cento e quarenta e quatro reais e oito centavos). Em regime de votação a aprovação dos relatórios de prestação de contas do ano de 2016 e 2017 foram **APROVADOS** com doze votos a favor, nenhuma abstenção, nenhum voto contrário ou voto nulo. Matheus relatou sobre o Plano de Ação 2017 do Governo Federal. Michele explicou que esse Plano de Ação foi aprovado pelo CMAS no final de 2016, para o edital de chamamento público e que essas são informações do que vem sendo executado desde o início de 2017, com valores destinados para cada Proteção e serviço. Michele informou os valores mensais repassados: Proteção Social Básica, piso básico fixo, o valor de R$ 32.000,00

(trinta e dois mil reais); piso básico variável, o valor de R$ 108.000,00 (cento e oito mil reais) e BPC na escola, que não tem mais, o valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais); na proteção social de média complexidade, para CREAS e PAEFI, o valor de R$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais); abordagem social, o valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais); famílias e indivíduos em situação de rua, o valor de R$ 46.000,00 (quarenta e seis mil reais); pessoas com deficiência, idosos e suas famílias em centro dia, o valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais); piso de transição em média complexidade, o valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais); ações estratégicas do PETI - criança e adolescente, o valor de R$ 17.000,00 (dezessete mil reais); acolhimento institucional para criança e adolescente, abrigo, casa lar, casa de passagem, acolhimento em república, o valor de R$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais); república para jovens, idosos, casa do idoso e pessoas com deficiência, o valor de R$ 18.000,00 (dezoito mil reais); serviço de acolhimento para adultos e famílias, casa de passagens e famílias, o valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e residência inclusiva, o valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais). O conselheiro Leonardo falou que, no ano passado, foi pensado em fazer o reordenamento da proteção social básica e, devido a contingência financeira e ao desaquecimento do mercado, o tema foi paralisado e que existem várias entidades passando por dificuldades. Em regime de votação o Plano de Ação 2017 do governo federal foi **APROVADO** com doze votos a favor, nenhuma abstenção, nenhum voto contrário ou voto nulo. Matheus relatou que o Grupo de Trabalho da XII Conferência Municipal de Assistência Social, sugeriu o nome da senhora Dirce Koga como palestrante e que o valor cobrado é de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais). A comissão sugeriu o deferimento para a utilização de recurso no valor de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), para a contratação da Senhora Dirce Koga como palestrante na XII Conferência Municipal de Assistência Social e, em regime de votação foi **APROVADO** com doze votos a favor, nenhuma abstenção, nenhum voto contrário ou voto nulo. Matheus informou que o senhor José Aparecido Rocha, Coordenador Setorial Financeiro da SMASA, se disponibilizou a comparecer em reunião da Comissão para explicações dos demonstrativos financeiros e dos relatórios contábeis apresentados, e convidou os conselheiros a participarem dessa reunião no mês de julho, para melhor entendimento sobre o orçamento. Matheus informou que a SMASA justificou o atraso na entrega ao CMAS, dos Balancetes Contábeis e Demonstrativos Financeiros, devido a inconsistência na unidade geradora, ocasionada pelo Sistema de Informação Municipal - SIM, e que os documentos foram entregues e serão analisados na próxima reunião da Comissão. Raquel informou que fez o relato desta Comissão, mas que está também como relatora da Comissão de Inscrição e Normas e solicitou que algum conselheiro titular se disponibilize a ser relator da Comissão de Finanças e Orçamento. Raquel falou que o conselheiro Matheus é suplente e está como coordenador, mas que poderá continuar na relatoria enquanto outro conselheiro titular não se apresentar. **Comissão de Política e Legislação** - Raquel relatou que a comissão se reuniu no dia treze de junho, foi definido como coordenadora a conselheira Juliana e como relatora, a conselheira titular Amanda e teve como pauta, as ações da política de assistência social para a população em situação de rua. Raquel falou que esteve presente a senhora Silvia Jeni, diretora do Departamento de Operações da Assistência Social - DOAS, da SMASA, para esclarecimentos sobre o papel da Secretaria em relação a população em situação de rua. Raquel explicou que o relato escrito foi extenso e colocou à disposição, para consulta. Foi explicado sobre as divisões das Proteções na Política de Assistência Social e que, dependendo da necessidade, o indivíduo é encaminhado para algum serviço das proteções básica, média e alta complexidade. Raquel falou que essas três vertentes possuem serviços que atendem pessoas em situação de rua, que na média complexidade tem a abordagem social, que é o serviço realizado na rua, por cinco equipes, uma por região, fazendo a sensibilização e desenvolvendo atividades que potencializam a reinserção social. Raquel falou que existe o Centro Pop, a Oficina de Trabalho e a Casa da Cidadania e, na alta complexidade, os serviços de acolhimento, que são os abrigos. Foi explicado sobre o preconceito sofrido e que muitas vezes a população pede ações higienistas e que o público da rua é heterogêneo, tendo três situações: pessoas que ficam na rua por situações pontuais; pessoas que estão na rua produzindo seu sustento e, pessoas que estão estruturadas na rua, utilizando substâncias psicoativas, em vulnerabilidade. Foi explicado que a Assistência Social é apenas uma das políticas entre elas Saúde, Habitação e que a Guarda Municipal é capacitada pela Assistência Social, explicando toda a situação que essas pessoas vivem, qualificando a abordagem. Foi relatado que a predominância da população é do sexo masculino, solteiros, na faixa etária de 25

a 39 anos, com ensino fundamental incompleto e que existem abrigos masculino e femininos. Foi informado que a Casa Antônio Fernando dos Santos possui uma taxa de usuários atendidos de setenta e seis por cento que não retornam às ruas. Foi esclarecido sobre a necessidade de interface com outros serviços e a importância da educação permanente. Leonardo falou sobre a organização da rede em que se relacionam a média e alta complexidade no atendimento aos moradores de rua, afinando a metodologia na educação popular e sobre as diversas situações envolvendo esse público. **Comissão de Inscrição e Normas -** Raquel falou que ficou como Relatora e o conselheiro Leonardo como Coordenador desta comissão. Raquel explicou que estão analisando os processos de renovação de inscrição das entidades que ocorre anualmente, com vários conselheiros auxiliando na análise, com leitura de todos os documentos. Raquel relatou que foi solicitado à SMASA, cópia dos relatórios de cumprimento do objeto de convênio de 2016, para subsidiar a análise do processo de renovação. Raquel explicou que esse documento é encaminhado pela SMASA ao Tribunal de Contas, todo final de convênio. Raquel relatou que houve somente uma entidade que entregou a documentação para renovar a inscrição fora do prazo e foi optado, oficiar a entidade a apresentar uma justificativa e a SMASA a apresentar um relatório de monitoramento físico, para embasar um parecer da Comissão. Raquel relatou que foram realizadas algumas visitas a entidades, mas ainda estão em processo de análise. Raquel relatou que a entidade Associação Beneficente Semear solicitou alteração da razão social para Instituto Semear, e após análise dos documentos apresentados, a comissão avaliou não trazer prejuízo ao trabalho desenvolvido na Política de Assistência Social. Em regime de votação <u>a alteração da razão social da entidade Associação Beneficente Semear para Instituto Semear,</u> foi **APROVADO** com treze votos a favor, nenhuma abstenção, nenhum voto contrário ou voto nulo. Raquel informou que a DRADS - Diretoria Regional de Assistência e Desenvolvimento Social, tem solicitado ao CMAS um modelo de Declaração de Prestação de Contas diferentes daquela já entregue. Raquel explicou que será informado que este modelo foi construído em conjunto com a DRADS. **Comissão do BPC e Comissão do Bolsa Família –** A conselheira Vanilda relatou que na reunião do BPC ocorrida em vinte e dois de junho, teve como pauta a dificuldade que o INSS tem sobre a trava no agendamento de todos os benefícios e falou que, para o Benefício de Prestação Continuada, o agendamento são de cento e vinte dias. Vanilda falou que a Comissão oficializará a Secretaria de Saúde solicitando o fluxo que adotado para fornecer, por escrito, a negativa de medicamentos aos munícipes e oficializará o INSS, solicitando esclarecimentos sobre ao campo ”moradia”, do cadastro único e BPC, com relação a dificuldade de localizar os 5.400 idosos que recebem o benefício. Vanilda relatou que foi apresentada à Comissão do Bolsa Família, sociograma do CadÚnico Nacional e Municipal. Vanilda relatou que as quarenta mil famílias precisam ser recadastradas e que os dados serão cruzados com o Renavan, Receita Federal, RAIZ, Data Prev, INCRA. Vanilda informou que as reuniões dessas comissões serão suspensas no mês de julho e a próxima, será realizada no dia dezessete de agosto. **Informes -** Celina informou que diversas pessoas da comissão estarão em período de férias. Raquel falou que o CMAS não interrompe suas atividades. O conselheiro Leonardo solicitou manter a reunião da Comissão de Formação, Capacitação, Comunicação e Divulgação, para discutir sobre um plano de formação para os Conselheiros e tratar sobre a idealização de construção da Escola Livre de Educação Popular em Políticas Públicas de Assistência, baseado na metodologia da educação popular. Raquel falou da necessidade de não deixar de realizar reunião das Comissões. Celina informou que todas as reuniões de comissão serão mantidas, exceto do BPC e Bolsa Família. Celina informou que o Conselho recebeu um ofício da Câmara Municipal de Campinas, requerendo votos de aplausos para o dia 15 de maio, dia da assistente social, que foi lido e acatado. Raquel informou que a primeira pré-conferência ocorreu no dia vinte e quatro de junho, na região sudoeste, teve a participação de cento e sessenta pessoas com muitos usuários, que foi muito boa, com os grupos atuando de forma envolvida com as discussões. Raquel informou que na reunião realizada com o gt conferência, foi obtido os nomes dos conselheiros que participarão das pré-conferências e para a XII Conferência, foi revisto com a entidade Compassion e disponibilizado recurso para o pagamento dos almoços nos dois dias de evento, para todos os participantes. Raquel falou sobre a necessidade de ter conselheiros presentes nos grupos de discussão da XII Conferência, explicando que cada grupo tem um coordenador e um relator e o papel do conselheiro, legitima a discussão do grupo. Raquel informou sobre a reunião que ocorrerá no dia 10 de julho, na Casa de Portugal e no dia 11 de julho, na entidade Patrulheiros. Celina perguntou aos presentes, quem

poderá participar e se disponibilizaram os conselheiros Leonardo, Maria da Graça, Amanda, Joana Júlia, Juliana e Valquírio. Não havendo mais assuntos a tratar, a presidente Celina da Costa Dias Silva encerrou a reunião e eu, Mônica de Lourenço Rocha, Secretária Executiva do CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, lavrei a presente ata que, lida e considerada conforme, segue assinada. Campinas, 27 de junho de 2017.